autuado por cintiacarrer em 30/04/2026 10:41:48.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 241/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 6.938/1981, de 31/08/198, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

- Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências;

- Lei Federal nº 9.985/2000, de 18/07/2000, que regulamenta o art. 225 da Constituição e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

-Lei Federal Lei nº 13.430/2002, de 13/09/2002, que institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (revogado parcialmente, mas ainda referencial histórico).

- Lei Federal nº 11.771/2008, de 17/09/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define atribuições do Governo Federal no planejamento e desenvolvimento do setor.

- Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 12.651/2012, de 25/05/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal).

- Lei Federal nº 12.587/2012, de 03/01/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva;

- Lei Estadual nº 10.019/1998, de 03/07/1998, que dispõe sobre a Política Estadual de Turismo.

Matéria DSP 6534/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 30/04/2026 e juntado ao PL 241/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=730387.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Decreto Estadual nº 41.626/1997, de 07/03/1997, que regulamenta a Fundação Florestal, responsável pela gestão de unidades como o Parque Estadual da Cantareira.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 10.235, de 16/12/1986, que dispõe sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, alterada pelas Leis nº 10.236/86, 14.516/07 e 15.201/10;

- Lei Municipal nº 13.701/2003, de 24/12/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que estabelece diretrizes da política cultural no município de São Paulo, incluindo descentralização das ações culturais e incentivo à ocupação cultural dos espaços públicos nas diversas regiões da cidade.

- Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 14.406, de 21 de maio de 2007, que institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que criou o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

- Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais, dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 16.050/2014, de 31/07/2014, que aprova a política de desenvolvimento urbano do Município e define diretrizes para uso e ocupação do solo.

- Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, que institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais;

Matéria DSP 6534/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 30/04/2026 e juntado ao PL 241/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=730387.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.402, de 22/03/2016, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.496, de 20 de julho de 2016, que institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo, apoiando financeiramente projetos culturais em regiões periféricas, como os distritos que abrangem Limão e Freguesia do Ó.

- Decreto Municipal nº 54.883, de 27 de fevereiro de 2014 - Confere nova regulamentação à Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que institui duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais no Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

- Decreto Municipal nº 57.484, de 29 de novembro de 2016, que institui o Sistema Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo e o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, bem como o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

- Decreto Municipal nº 58.561, de 10 de dezembro de 2018, que cria o Observatório da Gastronomia da Cidade de São Paulo;

- Lei Municipal nº 16.818, de 2 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a identificação de imóveis que abrigaram grandes personalidades ou locais onde ocorreram fatos históricos relevantes.

- Lei Municipal nº 16.841, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os equipamentos culturais municipais, sob a gestão direta da Secretaria Municipal de Cultura, contarem com programação contínua, nos dias e horários que especifica.

- Decreto Municipal nº 59.119, de 03 de dezembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-Mac e dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais

- Lei Municipal nº 17.332, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre ações de requalificação urbana com incentivo à economia criativa, incluindo atividades de gastronomia, cultura, lazer e turismo em áreas específicas do município.

- Lei Municipal nº 17.562, de 8 de junho de 2021, que autoriza a criação do Polo Cultural, Gastronômico e Turístico do Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó e

Matéria DSP 6534/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 30/04/2026 e juntado ao PL 241/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=730387.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

entorno, com objetivos de promover a cultura local, a gastronomia, o turismo e o desenvolvimento econômico da região.

- Lei Municipal nº 17.844, de 14 de setembro de 2022, que institui mecanismos de apoio financeiro para viabilizar intervenções de requalificação urbana, incluindo retrofit de edificações, especialmente para uso habitacional.

Projeto de Lei nº 01-00779/2025, de 7 de agosto de 2025, que institui a Política Municipal de Valorização da Gastronomia Paulistana e reconhece o interesse público na criação do Museu da Gastronomia da Cidade de São Paulo, com foco na cultura alimentar, turismo gastronômico e empreendedorismo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 6534/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ CARRER em 30/04/2026 e juntado ao PL 241/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=730387.